

A GENEALOGIA EM FOUCAULT: UMA TRAJETORIA*

Flavia Cristina Silveira Lemos
Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Hélio Rebello Cardoso Júnior
Universidade do Estado de São Paulo, Assis, Brasil

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de realizar uma trajetória da genealogia enquanto modo de escrever a história como pergunta/problema, de acordo com Michel Foucault, rompendo com uma história contínua, linear, teleológica, que buscava origens e semelhanças entre os objetos e as tentativas de estabelecer relações causais entre os acontecimentos. Uma história das práticas discursivas, de poder e subjetivação era a empreitada proposta por Foucault. A análise da proveniência e da emergência rompia com toda uma tradição historiográfica que fazia dos eventos memória e monumentos construídos e interpretados por categorias de semelhança. Foucault questiona este modelo de fazer história, trabalhando com novos temas e problemas e operando com a multiplicidade de acontecimentos dispersos, raros, heterogêneos, em recortes de séries de enunciados em arquivos, sem busca de origens primeiras e sem fins utilitaristas a alcançar.

PALAVRAS-CHAVE: história; genealogia; problematização; práticas; acontecimentos.

THE GENEALOGY IN FOUCAULT: A TRAJECTORY

ABSTRACT: This article aims to achieve a path of genealogy as a way to write history as question / problem, according to Michel Foucault, breaking with a continuous, linear, teleological history, which sought origins and similarities between objects and attempts to establish causal relationships between the events. A history of discursive practices, power and subjectivity was the contract proposed by Foucault. The analysis of the source and emergency broke with a whole historiographical tradition which made the events memory and monuments constructed and interpreted by categories of similarity. Foucault questions this model to make history, working with new issues and problems and working with the multiplicity of scattered, rare, heterogeneous events, in clippings of series of statements in files, without searching for early origins and without utilitarian goals to be achieved.

KEYWORDS: history; genealogy; problematization; practices; events.

A genealogia em Foucault: uma trajetória

Busca-se apresentar os principais conceitos, em Foucault, quanto à produção da verdade e das relações de poder-saber, a partir do método genealógico.

Anteriormente ao método genealógico, Foucault utilizava o método arqueológico, se preocupando com as regras que regiam as práticas discursivas e enfatizando uma prevalência teórica sobre a prática e as instituições.

Em período posterior, Foucault passa a priorizar as práticas sobre as teorias, saindo de uma posição contemplativa de discursos, ao introduzir a genealogia como um modo de problematizar as práticas sociais de dentro.

Em um terceiro momento, não há prioridade de teoria ou das práticas, mas imanência de saber-poder e, simultaneamente, produção de subjetividade.

As pesquisas históricas de Foucault são cartografias, mapas, diagramas que operam uma história problematizadora, que produz um pensar interrogante e estabelecido no espanto, no estranhamento, em um exercício constante de demolição das evidências.

Pensar não seria contemplar e nem descobrir um solo primeiro e original ou último e seguro, mas uma tarefa de se colocar problemas continuamente. “Pensar é experimentar, é problematizar. O saber, o poder e o si são a tripla raiz de uma problematização do pensamento” (Deleuze, 2005, p. 124). O pensar seria uma abertura, sem um fim a atingir determinado por antecipação.

Toda relação causal estabelecida entre acontecimentos, tentando marcar um fio, ligando vários acontecimentos que teriam uma origem e evolução ao longo de um tempo considerado linear foi questionada por Foucault, em sua perspectiva genealógica.

Desse modo, a proposta empreendida era tentar escapar de todo ponto de vista causal, problematizar as práticas de poder, subjetivação e discursivas que construíam e produziam um modo de ser, pensar, agir e sentir específicos a uma época e em que estaríamos em vias de deixar de ser (Cardoso Jr., 2001). “O pensamento pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, ‘pensar de outra forma’ (futuro)” (Deleuze, 2005, p. 127).

Os historiadores, ao buscarem a origem de qualquer objeto, perderiam a possibilidade de fazer historiografia, pois, para Foucault (1979, pp. 16 e 19), “a genealogia ... se opõe à pesquisa de origem ..., o genealogista necessita da história para conjurar a quimera de origem”.

Não há uma finalidade na história, assim como não há uma origem; os acontecimentos emergem ao acaso das forças, e não a partir de uma intenção ou determinação prévia.

As forças que são agenciadas, compondo um acontecimento, são heterogêneas, e qualquer tentativa de agrupá-las é da ordem da objetivação dos fenômenos, ou seja, das práticas, e não de um desvelamento de uma essência anterior ao processo de racionalização dos eventos. Para Foucault (1979, pp. 17-18),

Se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.

Um acontecimento poderia atualizar-se, estando aberto aos devires e às novas forças que poderiam se apoderar dele, fazendo emergir novos sentidos e abrindo brechas para a construção de outros modos de ser: “a subjetivação, a relação consigo, não deixa de se fazer, mas se metamorfoseando” (Deleuze, 2005, p. 111).

A história, assim, é devir e mutação, se faz pela metamorfose, e não pela continuidade; por isso é descontínua e produzida ao acaso dos acontecimentos.

Foucault nos fala que o historiador não deve deter-se na busca de finalidades na história, considerando o estado atual de composição de forças o ápice de uma evolução; assim como não deveria buscar semelhanças entre os acontecimentos em uma história contínua, com supostas raízes em um passado vivo no presente.

Os acontecimentos não poderiam ser agrupados em categorias ou em identidades pré-estabelecidas. Segundo Marton (2001, pp. 203-204),

A genealogia nietzschiana é entendida como análise da proveniência e história das emergências. ... A proveniência (*Herkunft*) não funda, não aponta para uma

continuidade, não é uma categoria de semelhança. Perguntar-se pela proveniência de um indivíduo, de um sentimento ou de uma idéia, não é descobrir suas características genéricas para assimilá-lo a outros, nem mostrar que nele o passado ainda está vivo no presente, muito menos encontrar o que pôde fundá-lo, mas sim buscar suas marcas diferenciais, repertoriar desvios e acidentes de percurso, apontar heterogeneidades sob o que se imagina conforme a si mesmo. A emergência (*Entstehung*), por sua vez, não se confunde com o termo final de um processo, ... No indagar sobre a emergência de um órgão ou de um costume, não se trata de explicá-los pelos antecedentes que os teriam tornado possíveis, mas de mostrar o ponto de seu surgimento; não cabe compreendê-los a partir dos fins a que se destinariam, mas detectar um certo estado de forças em que aparecem.

Assim, contrapondo-se à história-memória (Foucault, 1989) e a seus postulados de busca de origem e continuidade, a genealogia não pretende “mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente” (Foucault, 1979, p. 21).

Foucault utiliza a Genealogia nietzschiana, propondo que se faça outra história que opere uma destruição das evidências, que “reintroduza o descontínuo em nosso próprio ser, que faça ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo” (1979, p. 28).

Desse modo, a tarefa do genealogista é promover a dispersão dos acontecimentos, “manter o que se passou na dispersão que lhe é própria” (Foucault, 1979, p. 21). É promover um corte entre uma suposta relação determinista entre a coisa e a palavra que a nomeia, problematizando as relações de saber-poder que produziram realidades, saberes e subjetividades, um modo de ser, de sentir e de pensar (Foucault, 1979).

O trabalho do genealogista é demorar-se sobre os documentos que narram o cotidiano e os detalhes considerados banais, que pareciam não ter história. Trata-se da “constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (Foucault, 1979, p. 171).

A genealogia é cinza; ela é pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos. ... Daí, para a genealogia, um indispensável demorar-se: marcar as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos. (Foucault, 1979, p. 15)

A tarefa do historiador seria interrogar os documentos-acontecimentos, concebendo-os como um emaranhado de descontinuidades sobrepostas para que os estratos de conhecimentos se multiplicassem em

singularidades. A história seria uma multiplicidade de tempos, e não uma duração única (Foucault, 2000).

Seria necessário problematizar o processo de naturalização dos objetos, se apropriando de um operador metodológico caro a Foucault (Veyne, 1998) – o de “práticas”. Para Foucault, não haveria um objeto completamente original, mas somente práticas de objetivação e, de modo imanente, de subjetivação.

Dessa forma, os objetos seriam correlatos de práticas, não havendo uma essência desses, mas múltiplas objetivações de práticas heterogêneas. A prática é o fazer, e “o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história” (Veyne, 1998, p. 257).

O genealogista deveria, portanto, descrever as práticas datadas historicamente. O trabalho do historiador consistiria em historicizar as racionalizações para que elas desapareçam. Os acontecimentos são raros e não há uma constante que os relacione, totalizando-os em uma unidade em função de supostas semelhanças entre categorias agrupadas.

A história é composta de séries diversas que se misturam e se embaralham, formando novas relações, atualizando-se, como “virtualidades sem rosto” (Veyne, 1998, p. 268).

Cada prática depende das práticas vizinhas e de suas transformações, ou seja, há um movimento, uma relação constante que move o tabuleiro dos dados e engendra novos sentidos: “tudo é prática; mas a prática do poder permanece irreduzível a toda prática do saber” (Deleuze, 2005).

Há uma atualização dos acontecimentos que se diferenciam, e não de uma causalidade determinante, pois todas as relações causais são arbitrárias. Para estudar as práticas, Foucault propõe interrogá-las, colocar em questão os postulados instituídos que circulam no campo social como verdade, desconstruindo modos de vida e hábitos que foram cristalizados.

De acordo com O’Brien (1995, p. 34), as preocupações de Foucault eram com os modos de agir no presente e como eles estavam em vias de ruptura com o estabelecido. “Entre o poder e o saber, há diferença de natureza, heterogeneidade; mas há também suposição recíproca e capturas mútuas e há, enfim, primado de um sobre o outro” (Deleuze, 2005, p. 81). O saber é forma que opera por visibilidade e dizibilidade, e o poder é força que se exerce enquanto estratégia molecular sempre em relação com outras forças.

A questão metodológica central para a genealogia é a relação do saber com o poder e do poder com o saber, de acordo com Machado (1988). Esse autor pergunta: “O olhar que observa para controlar não é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia de poder?” (Machado, 1988, p. 195).

Foucault (1999) destaca que as técnicas do poder disciplinar - o exame, a vigilância e a sanção normalizadora - foram combinadas para intensificar o exercício das relações de poder e da produção de saber. Ele assinala que, através do exame, se fabricam os casos, se produz cada indivíduo como um caso a ser analisado.

Ao mesmo tempo em que um indivíduo é vigiado e modelado por tecnologias disciplinares, produz-se um campo documentário que o captura e o fixa, comparando-o com os demais, classificando-o, objetivando-o. Ele destaca que:

a criança, o doente, o louco, o condenado se tornaram, cada vez mais facilmente a partir do século XVIII e segundo uma via que é a da disciplina, objeto de descrições individuais e de relatos biográficos. Esta transcrição por escrito das existências reais ... funciona como processo de objetivação e de sujeição. (Foucault, 1999, p. 159)

Foucault alerta para o caráter de acontecimento dos discursos e para a concepção de arquivos como cruzamentos entre “mecanismos políticos e efeitos de discurso” (Foucault, 2003, p. 211).

Em *A Vida dos Homens Infames*, dá visibilidade para os jogos de poder/saber que constituíram os arquivos enquanto mecanismo de captura, sob a forma de discurso a respeito de vidas de pessoas que dificilmente seriam objeto de heroificação, corpos que entram na história através de pequenos desvios e transgressões.

A historicização das infâmias era realizada através do exercício de relações de poder enquanto táticas e técnicas de escrita de pequenos desvios que transformavam os documentos em monumentos a partir de um investimento incessante sobre os corpos fugidios, que insistiam em desobedecer, em romper com o instituído de uma determinada sociedade.

Fabricar arquivos seria produzir e fazer circular saberes como efeitos de um conjunto de forças que se enfrentam nas malhas das relações de saber-poder.

A produção do discurso em nossa sociedade é indissociável de uma série de procedimentos de controle, de seleção, de organização e de redistribuição dos enunciados e dos sujeitos, procedimentos estes voltados para afastar os poderes e os perigos do discurso, para dominar seu aparecimento aleatório, para esquivar sua própria materialidade. (Alvarez, 1999, p. 74)

Para analisar as relações entre saber-poder através do método genealógico, Foucault (1979, p. 244) criou a noção de “dispositivo”, que ele conceituou como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais,

filantrópicas". Portanto, a categoria "dispositivo" é um operador metodológico que nos auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação.

As práticas discursivas são concebidas como instituições, pois têm uma realidade material e dispõem efeitos, tais como: lutas, processos de servidão e dominação; jogo de palavras composto de perigos e de relações de poder, produção de saberes e difusão destes em espaços institucionais, captura das ações em regimes de força, domesticação da multiplicidade em arquivos de uma escrita biográfica e o estabelecimento de relações entre acontecimentos díspares (Foucault, 2001).

Há uma polícia discursiva, de acordo com Foucault (2001), que filtra os discursos, apagando alguns, jogando luz sobre outros, controlando quem fala e o que fala, fixando limites de fala, estabelecendo critérios para a fala, qualificando algumas falas, desautorizando outras, conservando alguns discursos em arquivos e banindo outros, distribuindo alguns discursos e impedindo a circulação de outros, definindo fronteiras de discursos em disciplinas específicas, produzindo veneração de determinados discursos, recortando-os e os recompondo sob novas roupagens.

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. (Foucault, 1979, p. 172)

Analisar as relações poder em seus efeitos, em suas ramificações e positividade seria um dos objetivos de uma genealogia, pois as relações de poder produzem realidade, fabricam saberes, criam modos de ser.

Desse modo, Foucault (1979) propõe uma análise microfísica dos diagramas das relações de poder, rompendo com as análises de Marx, que viam o poder como repressão e negatividade.

As relações de poder não poderiam funcionar se não estivessem ancoradas em regimes de verdade; se não fossem imanentes à produção, à acumulação, à circulação e ao funcionamento de um discurso.

Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (Foucault, 1979, pp. 179-180)

As relações de poder eram o foco. Como efeitos delas, emergiam os novos acontecimentos. Tratava-se de observar as heterogeneidades, ou seja, realizar a análise da proveniência, e não a busca de origens.

Um segundo procedimento seria a análise da emergência, em que nos preocuparíamos com os estados de forças que marcam o aparecimento de um costume, ao invés de assinalar o momento final de um processo.

Não haveria por que a história buscar as raízes de uma suposta identidade individual ou coletiva, no passado. Em cada inversão das relações de força, teríamos o surgimento de novos objetos (Marton, 2001).

A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas ao contrário, se obstinar em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde viemos, essa primeira pátria a qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam. (Foucault, 1979, pp. 34-35)

Portanto, não teria sentido buscar nos documentos-acontecimentos vestígios de culturas anteriores para costurar uma linha reta do tempo, apontando as continuidades de certas tradições ao longo da história, querendo rebater as multiplicidades que proliferam em categorias agrupadas por semelhanças.

Nota

* Financiamento FAPESP

Referências bibliográficas

- Alvarez, M. C. (1999). Michel Foucault e a ordem do discurso. In A. M. Catani & P. Martinez (Orgs.), *Sete ensaios sobre o Collège de France* (pp. 71-88). São Paulo: Cortez.
- Cardoso Jr., H. R. (2001). *Tramas de Clio: convivência entre filosofia e história*. Curitiba: Aos Quatro Ventos.
- Deleuze, G. (2005). *Foucault* (5ª ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1989). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2000). *Ditos e Escritos, Vol. II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2001). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (2003). *Ditos e Escritos, Vol. IV: estratégia poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Machado, R. (1988). *Foucault, a ciência e o saber*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marton, S. (2001). *Extravagâncias: ensaios sobre a filosofia de Nietzsche* (2ª ed.). São Paulo: Discurso Editorial e UNIJUÍ.
- O'Brien, P. (1995). A história da cultura de Michel Foucault. In: L. Hunt (Org.), *A nova história cultural* (pp. 33-62). São Paulo: Martins Fontes.
- Veyne, P. (1998). *Como se escreve a história*. Brasília, DF: UNB.

Flavia Cristina Silveira Lemos é Professora de psicologia social da UFPA. Psicóloga, Mestre em Psicologia e Sociedade e Doutora em História e Sociedade pela UNESP-Assis/SP. Endereço para correspondência: Av. Almirante Barroso, 2010, bloco A, apto 1004. Bairro Marco. Belém/PA. CEP: 66.093-907. E-mail: flavazevedo@bol.com.br

Hélio Rebello Cardoso Júnior é Graduado em História, Mestre e Doutor em Filosofia. Pós-Doutorado em História da Filosofia na Indiana University-Purdue University

(2008). Professor adjunto Livre-docente no departamento de História na UNESP-Assis/SP.

A genealogia em Foucault: uma trajetória

Flavia Cristina Silveira Lemos e Hélio Rebello Cardoso Júnior

Recebido em: 19/07/2008

Revisão em: 20/08/2008

Aceite final em: 29/08/2008